SOBRE EMBRANQUECIMENTO, MISCIGENAÇÃO E APROPRIAÇÃO CULTURAL NO BRASIL

*Uelber Barbosa Silva**

Resumo: As implicações da ideologia racial no Brasil são tão massacrantes que – além de excluir e matar a população afro-brasileira – tem criado novas formas de divisão na sociedade, num claro exercício de manutenção do status quo das elites sociais. O reforço de teorias que corroboram com o ódio racial, ainda que seja valorizado certo tipo afro-brasilidade, é veemente criticado, sobretudo o multiculturalismo, através da contextualização da miscigenação e da teoria do embranquecimento. Neste sentido, ao centrar na história de vida de um afro-brasileiro, o texto busca desvendar o falso caminho da teoria da "apropriação cultural" e aponta as várias determinantes do racismo brasileiro.

Palavras-chave: Embranquecimento. Miscigenação. Racismo.

Abstract: The implications of racial ideology in Brazil are so overwhelming that - besides excluding and killing the Afro-Brazilian population - it has created new forms of division in society, in a clear exercise in maintaining the status quo of social elites. The reinforcement of theories that corroborate with racial hatred, even if a certain Afro-Brazilian type is valued, is strongly criticized, especially multiculturalism, through the contextualization of miscegenation and whitening theory. In this sense, when focusing on the life history of an Afro-Brazilian, the text seeks to unravel the false path of the theory of "cultural appropriation" and points out the various determinants of Brazilian racism.

Keywords: Whitening. Miscegenation. Racism.

* Mestre em Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas – UFAL. E-mail: uelbsilva@hotmail.com

Introdução

Uma vez perguntaram para minha mãe se ela havia me adotado. Uma mulher branca tendo sobre seus cuidados uma criança preta, no imaginário social brasileiro, deriva de algumas situações bem delimitadas: a vizinha pobre que cuida do filho da outra vizinha pobre, ela é madrasta ou ela a adotou. Os três casos estão estritamente relacionados à ideologia racista que nega a miscigenação e, ao mesmo tempo, a possibilidade de amor verdadeiro entre pessoas fenotipicamente diferentes. A racialização da sociedade brasileira, através da ideologia do embranquecimento, fez um estrago estético e identitário tão profundo que construímos uma sociedade doente, profundamente traumatizada por causa do nível elevado de violência, física e psicológica, a que sua população está submetida.

As vezes que sofri racismo sempre busquei a presença do meu pai, e algumas vezes da minha mãe, e o sofrimento sempre se expressou no silêncio, nas lágrimas que caiam escondidas. Minha mãe, sempre que podia, tentava me fazer entender a situação, para que eu pudesse aprender a superar a frustração, me mostrando o caminho da compreensão da individualidade do outro, das teias tão complexas de relações sociais que às vezes torna o outro um fracassado pra ele mesmo, numa situação de rebaixamento da autoestima, que gera o afastamento, o distanciamento, o isolamento.

Eu descobri bem cedo que havia algo em mim que me diferenciava dos meus colegas. Essa consciência foi dolorosa e libertadora, pois compreender que eu era realmente preterido apenas por ser preto e gordo me proporcionou o autoconhecimento capaz de reconstruir positivamente minha personalidade, me dotando de uma identidade que de outra forma – é bem provável – eu não teria encontrado. Saber que era verdadeira a ideia que eu tinha sobre mim mesmo, de que eu sempre fui uma pessoa legal, construída a partir de valores cooperativos e coletivos foi bastante doloroso, pois me colocava frente a frente com o racismo e a opressão de uma sociedade amparada no etnocentrismo, patriarcalismo e elitismo.

Ser rejeitado em algumas unidades familiares (ou redes de sociabilidade), mesmo aquelas integrantes e integradas no meu contexto social, criou traumas profundos que travaram o desenvolvimento de minha personalidade. O autoconhecimento e o resgate dos meus valores ancestrais africanos, que foram negados na minha construção enquanto indivíduo, constituem-se como elementos necessários e importantíssimos nessa reconstrução cotidiana que me permite visualizar o meu pertencimento familiar expressado em determinados segmentos dessa ancestralidade. A ideologia racialista, construída para justificar a escravidão e, posteriormente, promover a exclusão, a humilhação e a morte de toda população preta e sua ancestralidade africana, não pode ser desconsiderada no olhar que construímos sobre as relações sociais estabelecidas em nossas vidas cotidianas.

Não estou aqui desconsiderando o fato de que as redes de sociabilidade são construídas, destruídas e reconstruídas a todo o momento, claro que com muito mais fugacidade hoje do que há dez anos. Por isso, o absurdo crescimento de divórcios e separações nas relações sexuais e afetivas. O que nos faz desacreditar ainda mais no discurso de inclusão social amplamente aceito. Acreditar nisso é aceitar os ditames da hipocrisia, é se deixar vencer pela sofisticação do "banquete da morte"[1]. O racismo é uma alienação ideológica que impede o desenvolvimento do indivíduo, de sua personalidade autentica. Ele tem sido utilizado pela elite para a dominação de mulheres e homens que, de escravos, passaram a trabalhar "livres" nas fábricas, indústrias agrárias, canteiros de obras, feiras livres, na informalidade, em pequenas relações comerciais e em prestações de serviços, dos que estão nas filas dos desempregados, moradores de rua etc., e neste senti-

[1] Envenenamento de indígenas pelos bandeirantes, a serviço da coroa portuguesa, que teve como comandante um preto português alforriado, em Vitória da Conquista, no sertão da ressaca.

do, ele cumpre o papel de manutenção do *status quo* dessa elite: e acaba separando a totalidade social em facções rivais, estabelecendo rivalidades segregadoras; guetizando as pautas de lutas, tanto as mais pontuais quanto as mais amplas: inviabilizando qualquer possibilidade da construção de identidades plurais; e restringindo a dinâmica da luta social ao campo do indivíduo, numa tentativa de negação do caráter social da personalidade. O multiculturalismo tem proporcionado o caminho metodológico para tais conclusões tão precipitadas, pra não dizer altamente equivocadas.

Na perspectiva multicultural – integrada e integrante de uma epistemologia pós- moderna e plurimetodologica – a angústia se torna uma espécie de rainha mestra, que devora seus inimigos numa velocidade surpreendente, encurralando-o – no jogo de perguntas e respostas da vida – e numa facilidade primordial. Essa ansiedade de querer viver o reino da igualdade substantiva, de querer ver os jovens pretos vivos e as mulheres pretas empoderadas, acaba se tornando o mecanismo que sustenta a ilusão de que a elite brasileira seja capaz de compreender as marcas que o racismo tem deixado esculpidas em nossas almas e que, assim, seja possível alcançar direitos plenos, amplos e acabar com a segregação racial dentro dos limites da sociedade burguesa.

Não ter convivido com meu pai me faz ter saudade de lembranças que nunca aconteceram. Lidar com essa frustração nunca foi fácil e sempre me fez perceber que não controlamos totalmente a história, mesmo nos deparando diariamente com situações em que devemos decidir qual caminho vamos trilhar. E quantas vezes nossas decisões nos levam ao fundo poço?

Minha personalidade se forjou com base em identidades que não me contemplavam e não me comportavam.

Embranquecimento, miscigenação e apropriação cultural no Brasil

A relação entre indivíduo e sociedade é altamente complexa. Quando começamos a perceber que as mudanças, por mais individuais que sejam, tem um peso determinado no conjunto das relações sociais, que o indivíduo é ativo e passivo e que a concreta vida cotidiana está em constante mutação, influenciada pelo conjunto de relações sociais costuradas por ideologias complementares e controversas, aí começamos a ter esperança na força adormecida em nós, que aparece como plenamente capaz de destruir velhas relações, por mais estruturais que sejam.

Minha mãe é uma mulher considerada euro brasileira, sua pele clara é um signo do privilégio social estabelecido pela ideologia racial. Mas qual privilégio tem uma mulher "branca", que veio do interior para morar na periferia de uma cidade imensa e tão intensa, divorciada e abandonada por dois homens pretos, e tendo que criar um filho longe da criminalidade, recebendo apenas um salário mínimo, como auxiliar de serviços gerais em um posto de saúde?

O racismo tem massacrado a população preta, aquela parcela da sociedade que carrega visivelmente a ancestralidade africana na pele e nos cabelos. Entretanto, as consequências do racismo tem nos levado a disseminar, cada vez mais, um discurso de exclusão das pessoas que não carregam visualmente os signos da ancestralidade africana. Apagamos de nossa história a miscigenação?[2] O que explica essa tentativa de exclusão de brasileiros das redes colaborativas construídas pela população preta? Esse conceito de africanidade excludente deve ser repensado, compreendendo a

[2] Fruto do horror dos estupros pelo qual as mulheres pretas passaram, ou das relações consensuadas – mesmo que tenham sido consensos ocasionados pela introjeção da ideologia do embranquecimento.

miscigenação realizada entre diversas etnias africanas e delas com as indígenas e europeias.

É necessário repensar essa tendência moderna de restringirmos a família a uma unidade familiar tão básica quanto aquela que se desenvolve a partir da relação sexual e afetiva entre dois indivíduos. É preciso revisitar a nossa ancestralidade africana para conhecermos o conceito ampliado de vínculos parentais. Talvez assim, consigamos admirar e nos relacionar com as pessoas a partir do seu caráter, de sua postura psicossocial, e jamais pelos seus traços fenotípicos mais ou menos evidentes.

A resistência cultural portadora dos valores tradicionais africanos, os mitos e formulações sociais, as práticas políticas e econômicas utilizadas na manutenção de suas unidades familiares rememoradas no Brasil levou Wlamira Albuquerque e Walter Fraga Filho (2006, p. 13) a enfatizarem a importância dos "vínculos de parentesco em famílias extensas" africanas no processo de definição da "identidade de alguém"[3].

Essa tradição familiar africana, inserida no contexto de influências recíprocas com a organização sócio-espacial das nações indígenas (situadas em território brasileiro antes da colonização), pode ser definida a partir da articulação de pequenas e/ou grandes redes de sociabilidade entre grupos étnicos com algum tipo de afinidade, que geravam riscos e benefícios, na disputa pelo acesso aos rios, pelo controle sobre estradas ou rotas e construção de impérios e reinos importantes (como o Império Egípcio ou Mali, o Reino Kongo, o povo Banto, Iorubá, Zulu, Haussás, Imalê e Moçambique).

Essas formas de relações fizeram surgir uma espécie de escravidão doméstica, fortemente influenciada pelos vínculos de parentesco que possibilitava a assimilação completa de indivíduos e grupos de escravos. Essa concepção tradicional de ampliação dos limites demarcadores dos vínculos de parentesco, na construção de amplas unidades familiares, permanece, portanto, viva em território brasileiro.

Um dos grandes medos que pairava sobre o imaginário das elites coloniais era justamente aquele da possibilidade de reconstrução desses vínculos, e o processo de repressão se inicia a partir da separação familiar no ato da venda de escravos e as proibições de construção de redes, festas e reuniões entre eles.

A capoeira pode muito bem ser definida como uma das variadas redes de sociabilidade construídas no contexto de ampliação dos vínculos de parentesco nas unidades familiares da população preta do Brasil. A história da capoeira se confunde com a história da população negra escravizada durante a colônia e o império no Brasil. Entretanto, em sua trajetória, ela passou de uma dança-luta de resistência à escravidão para uma arte integrada praticada por indivíduos de variadas classes, grupos identitários e com fenótipos diferentes. O surgimento e aprofundamento dessa diversidade no interior deste importante aspecto da cultura negra, a nosso ver, é a simples demonstração de que sua magia encanta e proporciona um alívio ao fardo cotidiano opressor, que aparece como consequência da crise estrutural do capital em que estamos inseridos, uma verdadeira crise humanitária.

O que seria da capoeira sem os alunos brancos do Mestre Bimba e do Mestre Patinha? O que seria hoje da capoeira sem os Mestres fenotipicamente diferentes dos afro-brasileiros? Seria possível associar toda a contribuição que os Mestres Acordeon, Itapoan e Camisa estão dando para aceitação mundial, organização individual e coletiva, respeito e valorização nacional dessa arte marcial integrada a cultura popular, a algum tipo de APROPRIAÇÃO CULTURAL?

A África é o berço da humanidade. O historiador e antropólogo senegalês Cheikh Anta Diop demonstrou precisamente essa origem africana da humanidade,

[3] Wlamyra R. de Albuquerque e Filho, Walter Fraga. Uma história do negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

em The African Origin Of Civilization, publicado originalmente em 1955, em Paris. Como seria possível pensar em "apropriação cultural" levando em consideração essa origem comum dos povos? E ainda que a origem dos povos fosse diferente, até que ponto a influência de uma determinada cultura sobre outra pode ser considerado algo ruim? Como disse um amigo, pouco tempo atrás, em uma rede social, "o que seria da música, por exemplo, sem as grandes misturas de ritmos"?

Em outra obra, *A Unidade Cultural da África Negra* (2014, p. 11), Diop indica uma unidade cultural orgânica naquilo que ele conceitua como África Negra, uma espécie de "estado multinacional". Entretanto, ele não perde de vista as influências recíprocas que as culturas de povos diferentes sofrem no processo de interação social, mas acredita que seja possível "recuar até este molde primitivo sabendo identificar as influências estrangeiras que se sobrepuseram". E, assim, afirma que o triunfo da concepção humanista apenas será possível quando os diferentes povos estiverem atentos em capturar (e mesmo incorporar) valores que não são originalmente inscritos em suas ancestralidades, mas que são praticados por outros seres humanos. Pois ao se depararem com "a amplitude real dos seus empréstimos" percebem que podem proporcionar muito mais para a humanidade em sua totalidade[4].

Precisamos compreender que o problema central da intersecção cultural não é se o indivíduo considerado fenotipicamente branco gosta da cultura africana ou se o indivíduo considerado fenotipicamente negro gosta da cultura europeia, para além dessas questões pormenorizadas, a questão central está balizada pela hierarquização cultural, pelo menosprezo à cultura indígena, asiática, africana em detrimento de uma cultura branca e europeia. Precisamos compreender também que nem todo europeu se orgulha ou compactua com os valores da colonização, do racismo, da xenofobia etc., da mesma forma que nem todo africano carrega consigo o orgulho de sua ancestralidade. Não podemos apagar da história a contribuição da elite africana, a partir do século XVI, para o tráfico de homens e mulheres capturados em guerras internas no continente e trazidos forçadamente para as Américas; Não podemos esquecer que o próprio tráfico de africanos já existia muito antes da chegada dos europeus (o que eram as concubinas e os eunucos dos haréns árabes?). Não podemos nos orgulhar da escravidão africana como algo "menos doloroso, menos ruim, que em determinado momento poderia incorporar o escravo", escravidão é sempre escravidão, negação de liberdade, violência, brutalidade.

A trajetória para se chegar a esse nível de entendimento da complexidade dos processos concretos de nossa sociedade é extremamente dolorosa e cheia de contradições, na grande maioria das vezes. A minha foi assim e tive em meu caminho a contribuição de várias pessoas fenotipicamente brancas, nunca poderei me esquecer disso!

Em 1996, eu e minha mãe voltamos a morar em Salvador, depois de eu ter passado longos anos em Itaberaba. Neste período, eu já havia tido contato com o mundo da criminalidade e do uso de substâncias entorpecentes. Em Itaberaba, cheguei a fazer parte de um grupo que pedia esmola e cometia pequenos furtos. O retorno para Salvador, forçado por minha mãe, foi na tentativa de me retirar daquele contexto. Entretanto, na capital baiana, revoltado por ter sido retirado dos meus círculos de amizade no interior, comecei andar com adolescentes que tinham vidas complicadas, famílias desestruturadas e hábitos nada convencionais. Por mais controverso que seja, foi o meu retorno a uma igreja evangélica que conseguiu me conduzir a caminhos distintos do mundo da criminalidade, do tráfico de drogas e da prostituição.

A alienação que a vida religiosa me causou foi necessária para que eu pudesse me livrar do destino de

[4] DIOP, C. H. A UNIDADE CULTURAL DA ÁFRICA NEGRA: esferas do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica. Angola: Pedago, 2014.

milhares de irmãos pretos no Brasil: o crime e a morte! O genocídio da juventude é algo muito mais sério e complexo do que imaginam alguns. A violência e o racismo são mecanismo de controle social no sistema de metabolismo social do capital. Mas essa compreensão eu só consegui adquirir na universidade.

Meu primeiro contato com a discussão racial foi em 2006, na universidade. A disciplina História da África I, ministrada pela professora Graziele Novato, foi um divisor de águas. Algumas discussões, ainda não me contemplavam por inteiro, por falta de entendimento de minha parte, mas também por falta de análises mais concretas que pudessem desnudar a sociedade em seu todo caótico. Fui capaz de fazer essa análise mais profunda ao abandonar de vez a religiosidade e conhecer a fundo a teoria marxista. Fui conduzido a isso por alguns valorosos companheiros e companheiras que de alguma forma atravessaram meu caminho e, mais uma vez, a grande maioria era de pessoas fenotipicamente brancas (Pedro Hitler, Bruno Paixão, Leonardo Porto, Dayane Oliveira, Glauber Leal, Marcos Tavares, Andréa Braz, Guto Cruz, Naira Oliveira, Fabio Cristovan, Benedito Eugênio).

Essas pessoas me estimularam a estudar a questão racial, me instigaram a pensa-la no interior da concepção materialista da história e me fizeram, através de incansáveis diálogos, perceber as contradições e pertinências que integravam o debate. Jamais poderei virar as costas para a minha própria história, para a minha construção, para as pessoas sensíveis, independente dos traços fenotípicos mais evidentes, pois aprendi muito com elas.

Destacarei três pessoas especiais em minha trajetória acadêmica que possibilitaram a mim um melhor entendimento da complexidade da questão racial no Brasil: Dayane Oliveira, Elizabeth Lopes e Gilmaísa Costa. Dayane Oliveira, filha fenotipicamente branca de um grande militante negro da cidade de Vitória da Conquista, onde fiz graduação em História na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Dayane me ensinou como o racismo se processava na prática cotidiana e a importância que eu deveria dar para a questão racial, para a minha ancestralidade e para a cultura africana no meu processo de autoconhecimento. Elizabeth me deu oportunidade de militar no movimento negro conquistense (os Agentes de Pastoral Negros – Mocambo São Benedito) e perceber os problemas relacionados ao genocídio da juventude negra e a solidão da mulher negra. Já Gilmaísa, grande intelectual lukacsiana, da Universidade Federal de Alagoas, onde fiz o mestrado em Serviço Social, abriu minha mente para a compreensão do racismo enquanto uma alienação ideológica que destrói a possibilidade de construção de personalidades autênticas.

Conheci muitos homens e mulheres negras que introjetaram os ideais da elite branca burguesa, da mesma forma que conheci e convivi com homens e mulheres brancas radicalmente amantes da cultura africana e sensíveis à percepção de que a cor da pele é estrutural nas oportunidades que a sociabilidade burguesa cria aos seus cidadãos. Talvez, se eu não tivesse convivido com essas pessoas, não tivesse o entendimento que tenho hoje, sobre a vida e sobre o racismo.

O surgimento do capitalismo está diretamente ligado ao processo de colonização e escravização de africanos na América e na África[5]. Neste contexto, o racismo emerge como uma ideologia justificadora da escravidão e manutenção do *status quo* social das elites europeias. Num cenário em que a ideologia liberal de apelo a igualdade universal estava em ascensão, a explicação mais fundamentada para o uso do racismo com tal finalidade é aquela empregada por Carlos Nelson Coutinho (2010)[6] ao afirmar que as deformações ideológicas provocadas pela alienação

[5] Esse debate está mais aprofundado no livro Racismo e Alienação: para compreender as bases ontológicas da questão racial, que lancei em 2012, pelo Instituto Lukács. Disponível para download gratuito em: www.institutolukács.com.br/single-post/2015/03/31/Racismo-e-Alienação-uma-aproximação-à-base-ontológica-da-temática-racial.

[6] Carlos Nelson Coutinho. O estruturalismo e a miséria da razão. 2ª ed. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

criaram uma cisão no pensamento da burguesia, levando a criação de uma ciência das raças por sua ala mais conservadora.

Entretanto, os influxos dessa ideologia racista conservadora aparecem também no pensamento de Hegel (considerado como o principal teórico da ala mais revolucionária da burguesia). Segundo Mészáros (2008)[7], os influxos desse racismo conservador no pensamento de Hegel ficam evidentes quando ele trata do caráter africano. Hegel abandona a razão para compreender o caráter africano e, assim, aponta para uma ausência da consciência de universalidade no negro. Neste sentido, o filósofo alemão caracteriza o africano como incapaz de fazer sua própria história e determina a escravidão como elemento civilizador. Diz Mészáros:

> Por um lado, afirma que "Ao voltarmos nossa atenção para a *categoria da constituição política*, veremos que a *natureza inteira* dessa raça é tal que impede a existência de tal arranjo". E ainda: "A falta de autocontrole distingue o caráter dos negros. Essa condição é *incapaz de desenvolvimento* ou cultura e, como vemos hoje, *assim sempre foi*". No entanto, enquanto insiste categoricamente – como um caso de determinações raciais absolutas – na *impossibilidade* de progressos e avanços no que diz respeito à "África, a anistórica", ao mesmo tempo, consegue tanto "se opor a" como defender a escravidão em nome da condição – irrealizável, *a priori* – de "maturação gradual", ao dizer que "A escravidão é, em si e por si mesma, injustiça, pois a essência da humanidade é a liberdade, mas, para isso, o homem deve estar *amadurecido*. A abolição *gradual* da escravidão é, então, mais sábia e justa que sua remoção súbita". Uma "lógica" digna, na verdade, de Ian Smith, da Rodésia, nos seus piores momentos (MÉSZÁROS, 2008, p.142).

A ciência das raças, que aparece esboçada na visão de Hegel, passou de sua primeira forma simples de compreender a realidade para uma forma mais sofisticada. Em sua evolução e sofisticação essa teoria se converte em ideologia justificadora de uma divisão racial e da "veracidade" de uma raça pura. Leila Moritz Schwarcz (1993)[8], afirma que:

> Em oposição à noção humanística e às conclusões das escolas etnológicas, partiam os teóricos da raça de três proposições básicas, respaldadas nos ensinamentos de uma antropologia de modelo biológico. A primeira tese afirmava a realidade das raças, estabelecendo que existiria entre as raças humanas a mesma distância encontrada entre o cavalo e o asno, o que pressupunha também uma condenação ao cruzamento racial. A segunda máxima instituía uma continuidade entre caracteres físicos e morais, determinando que a divisão do mundo entre raças corresponderia a uma divisão entre culturas. Um terceiro aspecto desse mesmo pensamento determinista aponta para a preponderância do grupo "racio-cultural" ou étnico no comportamento do sujeito, conformando-se enquanto uma doutrina de psicologia coletiva, hostil à idéia do arbítrio do indivíduo (SCHWARCZ, 1993, p. 58-59).

O impacto do racismo no Brasil foi a negação, aos negros, do direito de gozar do estatuto da cidadania. É assim que Ricardo Serqueira Bechelli (2009)[9] percebe que negros e índios foram expulsos do processo de modernização do país, sob a justificativa de serem integrantes de raças inferiores, sem direitos a gozar dos privilégios do poder e da autoridade esposados pelas elites nacionais.

Thomas E. Skidmore (1976)[10] e Maria Aparecida Sil-

[7] István Meszaros. Filosofia, ideologia e ciência social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

[8] SCHWARCZ, Lília Moritz. O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

[9] BECHELLI, Ricardo Serqueira. Metamorfoses na Interpretação do Brasil: Tensões no paradigma racial (Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna). Tese de doutorado em História Social apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, USP, 2009.

[10] SKIDMORE, Thomas E. Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

va Bento (2005) demonstraram, cada um à sua maneira, que a leitura acrítica das teorias raciais e a construção da identidade branca foram elementos necessários na construção do racismo brasileiro incorporado pela população, incluindo os negros, e criadora de uma espécie de supremacia branca.

As ideologias são postas em movimento quando os indivíduos particulares as incorporam e as integram em suas relações com os outros indivíduos. Isto explica a assertiva de Bento (2005), quando afirma que Silvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna, tinham real interesse em compreender a essência do povo brasileiro, suas análises foram, no entanto, absorvidas por grupos específicos e convertidas em ideologias racistas.

A ideologia é um elemento essencial da vida cotidiana dos homens. Em sentido amplo carrega em si a função de mediar conflitos sociais, no sentido de manter certa unidade entre os indivíduos. Já em sentido restrito, ela também é utilizada para mediar conflitos sociais, contudo, não serve para manter a unidade do gênero humano, ao contrário, serve para consolidar os interesses particulares de determinada classe social[11].

O Brasil ao longo do século XX foi classificado, analisado, apontado e autodeclarado país da harmonia racial. Do ponto de vista social, se admitia desigualdades profundas, entretanto, não se admitia que intelectuais chegassem à constatações de desigualdades raciais. Mesmo cientistas sociais e antropólogos reafirmavam essa assertiva sustentada pelo governo e pelas pessoas comuns desde o governo Vargas. Para Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (1995)[12], isso ocorreu por esses intelectuais se deterem apenas no estatuto legal da cidadania e na letra das leis brasileiras. Agindo assim, eles ignoravam o que os negros diziam desde final da abolição e surgimento das primeiras associações negras (Imprensa Negra, Frente Negra Brasileira, União Negra Brasileira, Teatro Experimental do Negro etc.).

Apesar de as Associações Negras chegarem a essa conclusão desde as primeiras décadas do século XX, foi apenas no final da década de 1960 que intelectuais negros aprofundaram a discussão sobre o racismo e chegaram a conclusão de que no Brasil o racismo se concretiza nas relações cotidianas de acordo a cor da pele, demonstrando a particularidade do racismo brasileiro. Pesquisadores ligados a Universidade Federal da Bahia – UFBA e a Universidade do Estado de São Paulo – USP defenderam a tese de que o racismo brasileiro não estaria caracterizado apenas como de fórum íntimo e subjetivo, pois à medida que o Estado ignorava a situação degradante da população negra e que os movimentos de esquerda afirmavam que a situação dos trabalhadores pobres estaria relacionada exclusivamente às questões de classe, se estabelecia uma ideologia racista que teria a função de manter intocável o *status quo* das elites nacionais.

De acordo com Guimarães (1995), a definição de raça como conceito impossível de ser atribuído ao conjunto dos seres humanos, como matéria da biologia e mais precisamente da genética, impossibilitou os intelectuais das classes médias de perceberem a construção histórica e cultural que, mesmo não validando a existência de raças humanas diferenciadas, deram base ao racismo que discriminou e excluiu a população negra, levando-os muitas vezes à morte física, afetiva e/ou psicológica. Neste sentido, a aparente democracia racial apregoada por cientistas sociais das classes médias corroborou para o obscurecimento do racismo brasileiro.

[11] Para saber mais, consultar: LÖWY, Michael. Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista. 7ª ed. São Paulo, 1991. Conferências pronunciadas na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em junho de 1985; e COSTA, Gilmaísa Macedo da. Lukács e a ideologia como categoria ontológica da vida social. Revista Urutágua – revista acadêmica multidisciplinar – quadrimestral – Nº 09 – Abr/Mai/Jun/Jul. Paraná, Universidade Estadual de Maringá, 2006. Disponível em: http://www.urutagua.uem.br/009/09costa.htm.

[12] Antonio Sérgio Alfredo Guimarães. Racismo e Anti-Racismo no Brasil. Revista Novos Estudos – Nº 43, novembro, pp. 26-44, São Paulo: CEBRAP, 1995. Disponível em: www.fflch.usp.br/sociologia/asag/.

Ao negligenciar o fato de que no Brasil a cor substituía a raça, as elites, os intelectuais das classes médias, brancos, e os militantes das esquerdas fizeram com que a desigualdade racial fosse subsumida na desigualdade de classe e, com isso, o racismo fosse negado como se vivêssemos de fato uma democracia racial.

Vários fatores serviram para que a sociedade brasileira desse o primeiro passo no sentido de reconhecimento do racismo praticado no Brasil. A luta pelos direitos civis nos Estados Unidos e contra o *Apartheid* na África do Sul; as lutas de independência de países da África como Angola e Moçambique; a migração constante de africanos, latino-americanos e outros povos do "terceiro mundo" para a Europa, que julgavam antirracista; tais processos fizeram surgir no Brasil um "novo racismo" ou "racismo sem raça". Como veremos, no entanto, o racismo sem raça é um fenômeno vazio de significado científico e político. Pois ainda que no Brasil a cor seja utilizada como elemento de concretização do racismo, ela se apresenta como a autoimagem da raça.

No Brasil, e este é um problema central para esse texto, não se define a raça pela ancestralidade. Aqui a definição de raça se faz pela cor da pele e outros traços fenotípicos. Quanto mais preto e fenotipicamente parecido com africanos, mais pobre e mais excluído dos processos de cidadania. Quanto mais o indivíduo tenha sua pele clara, mais elevado será seu padrão de vida e suas oportunidades frente às desigualdades geradas pela sociabilidade capitalista. E assim, ainda que haja exceção que confirme a regra, aqueles pretos que possuem condições financeiras elevadas, também sofrem discriminações – quando são confundidos com empregados de segundo escalão.

Duas coisas precisam ficar muito evidentes no trato do racismo como elemento de estruturação das relações sociais no Brasil: primeiro que raça e classe se inter- relacionam da forma mais profunda possível; o segundo esclarecimento diz respeito a cor de pele. O racismo brasileiro não pode simplesmente ser tomado como um "preconceito de cor", pois a cor da pele não é um fenômeno natural e objetivamente neutro. A percepção da cor também foi construída e reconstruída ao longo da história humana. Exatamente por isso a cor da pele figura como autoimagem da raça.

Foi a essa conclusão que chegaram intelectuais negros e o próprio movimento quando da busca de uma definição precisa do racismo brasileiro. Como asseverou Antonio Sérgio, os traços físicos perceptíveis como a cor da pele "só têm significado no interior de uma ideologia preexistente (para ser preciso: de uma ideologia que cria os fatos ao relacioná-los uns aos outros), e apenas por este motivo esses traços funcionam como critérios e marcas classificatórios"[13]. Ou seja, apenas numa sociedade em que impere uma ideologia racial, as pessoas são classificadas a partir de sua cor. Dito de outra forma, a cor da pele funciona como símbolo de *status* e de poder apenas numa sociedade em que as relações sociais sejam estruturadas pelo racismo, como mecanismo de obtenção ou privação de direitos.

No país, de uma forma geral, a pobreza é tomada como sinônimo de inferioridade. Ainda que o discurso imediato sobre essa suposta inferioridade se apresente como (in)capacidade intelectual ou moral, quando analisada de perto, aparece seu verdadeiro significado. Apresentar pobreza e inferioridade como elementos sinônimos, é naturalizar a condição de desigualdade gerada pela sociabilidade capitalista. Foi neste emaranhado que as esquerdas brasileiras deram prioridade ao combate dos problemas gerados pela luta de classes, como se o racismo fosse apenas uma consequência destes problemas. Contudo, se o racismo não é uma simples consequência das desigualdades de classe, também não é um fenômeno presente na natureza da vida em sociedade. Sem desconsiderar o proto racismo pré-capitalista e pré- industrial, a teoria racista mistificadora emergiu na trama das relações sociais como fruto do capitalismo, elemento

[13] Op. Cit. p. 34.

indispensável na perpetuação das classes e na manutenção do *status quo* da burguesia.

Considerações finais

Em Vitória da Conquista, a aniquilação das tradições culturais afro-brasileiras tem se apresentado como estratégia utilizada pelas elites locais na manutenção do seu domínio de classe. É, neste sentido, que o carnaval foi transformado em micareta e as escolas de samba, afoxés e blocos afros paulatinamente expulsos do circuito; também neste sentido, o conteúdo afro-brasileiro presente no reisado tem sido deslocado e apresentado como tradição portuguesa e/ou sertaneja; e, por fim, as comunidades remanescentes de quilombos aparecem invizibilizadas no conjunto das comunidades rurais.

Florestan Fernandes (1965)[14] e Emília Viotti da Costa (1998)[15] já haviam demonstrado a fragilidade das elites brasileiras que não conseguiam sair das amarras de uma lógica espúria de justificação das desigualdades sociais, que aqui se baseiam na cor da pele como autoimagem da raça. O ideal de igualdade universal conviveu perfeitamente com as desigualdades econômicas e sociais geradas por uma sociedade baseada em classes sociais diametralmente opostas. Tal fato ocorreu exatamente pela noção de "branquitude" que se formou em nossa história.

Como é comum no Brasil, os coronéis conquistenses se orgulham de terem sido cordiais com os negros. É assim que o senhor Durval Lemos Menezes (2010)[16] afirma que os fazendeiros conquistenses tratavam seus escravos como "serviçais brancos", que eles tinham "carinho especial" pelos negros e que até tinham "amantes" negras, bastava apenas que tais negros assimilassem a ideologia da elite branca para virarem símbolo da democracia racial, marca peculiar da sociedade brasileira. Ser negro neste país significa não ser europeu, não ser cristão e não ser letrado. Neste sentido, o afro-conquistense deveria ser cristão, letrado e negar sua ancestralidade africana para se afirmar socialmente como cidadão. Contudo, quanto mais escura sua pele, menos traços culturais europeizados se admitia que ele carregasse.

Vitória da Conquista tem uma característica muito particular quando se trata de sua composição étnica. Se como apontou Guimarães, ao analisar a mudança conceitual do racismo brasileiro a partir das obras de Gilberto Freyre (1933) Donald Pierson (1942) e Thales de Azevedo (1955), o nordeste brasileiro, sobretudo a Bahia, passou a se caracterizar na primeira metade do século XX como retrato de uma composição étnica brasileira, onde o mestiço ou o moreno é sua marca fundamental de brasilidade, Conquista se esforça para fugir dessa padronização. Nesta cidade, que tem em sua composição étnica uma maioria de pretos e pardos, o sentimento de "branquitude" está presente em suas relações sociais, culturais e econômicas. A cidade, por ter um clima frio e esconder a população negra em sua malha periférica e quilombola, se orgulha de se autoconsiderar a "Suíça Baiana". Suíça Baiana, neste sentido, é um conceito imbuído do novo racismo brasileiro que supervaloriza o branco, aceita o mestiço e rejeita o preto.

A luta dos movimentos sociais negros conquistenses caminhou exatamente no sentido de se apropriar do legado cultural e político assentado na luta norte-americana pelos direitos civis da população afrodescendente; na luta contra o *Apartheid* na África do Sul; nas lutas de libertação nacional de nações africanas; na afirmação das religiões de matriz africana; na capoeira; nos afoxés, escolas de samba e blocos afro; no movimento Hip Hop; e, sobretudo, na construção da consciência e identidade negras. Essa produção de

14 FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Dominus Editora, 1965.

15 COSTA, Emília Viotti da. Da senzala à colônia. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1998.

16 Durval Lemos Menezes. A Conquista dos Coronéis. Vitória da Conquista: 2010.

uma ideologia antirracista na cidade deve continuar de forma a fortalecer a luta preta de superação do racismo, a partir da estratégia quilombola de criação de um sentimento de pertencimento negro-africano rural e urbano.

Por fim, independente dos traços fenotípicos que carregamos, devemos estar unidos em torno da superação do sistema de metabolismo social do capital. Tal superação, no entanto, apenas é possível com a destruição do capital, enquanto forma atual da propriedade privada, do Estado Burguês, da família monogâmica e de toda alienação individualista que grande parcela da população insiste em reproduzir. Que da ancestralidade africana consigamos retirar o senso coletivo do comunitarismo, do seu Ubuntu (eu sou, porque nós somos). Viva a Revolução! Por uma sociedade justa e com igualdade substantiva, baseada no trabalho associado.

Referências bibliográficas

BECHELLI, Ricardo Sequeira. *Metamorfoses na Interpretação do Brasil*: tensões no paradigma racial. São Paulo: EDUSP, 2009. Tese de doutorado em História Social apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, USP, 2009.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia.* São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1998.

COSTA, Gilmaísa Macedo. Lukács e a ideologia como categoria ontológica da vida social. *Revista Urutágua,* n. 09. Paraná: Universidade Estadual de Maringá, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão.* São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DIOP, Cheikh. Anta. *A unidade cultural da África Negra*: esferas do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica. Angola: Pedago, 2014.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes.* São Paulo: Dominus Editora, 1965.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Racismo e Anti-Racismo no Brasil. *Revista Novos Estudos*, n. 43, novembro, p. 26-44, São Paulo: CEBRAP, 1995.

LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência social*: elementos para uma análise marxista. 7ª ed. São Paulo, 1991. Conferências pronunciadas na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em junho de 1985.

MENEZES, Durval Lemos. *A Conquista dos Coronéis.* Vitória da Conquista: s.n, 2010.

MESZATOS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social.* São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco*: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

WLAMYRA, Albuquerque; FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do negro no Brasil.* Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006